



24 de novembro de 2017

Paralisação Nacional e Assembleia de 10 de Novembro

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

Congresso distracionista coloca em evidência a política de conciliação de classe da burocracia do SINPEEM

O 28o congresso do SINPEEM foi armado, como nos anos anteriores, com um formato para distrair os trabalhadores, ao longo de quase uma semana. Contou com shows e palestras, nas quais se sugeriram saídas individuais para os problemas da Educação, propostas de solução, em sua maioria, de cunho pedagógico ou meramente de “sensibilização” dos docentes e funcionários para o desenvolvimento do seu trabalho nas escolas.

Apesar do tempo extremamente limitado para o debate político acerca das reivindicações da categoria, uma parcela significativa dos delegados manifestou seu anseio pela independência de classe frente ao governo. Esse anseio se traduziu em aprovações importantes de emendas defendidas pela Corrente Proletária e demais correntes da Unidade da Oposição. O rechaço ao governo Dória/PSDB trazia consigo a necessidade de rechaçar a política de colaboração de classes da burocracia sindical, Corrente Compromisso e Luta, que se mantinha até então na inercia completa diante dos ataques do governo ao longo de todo o ano.

A aprovação do Plano de Lutas e de reivindicações importantes do ponto sindical também devem ser consideradas como conquistas da categoria neste congresso. Cabe-nos a tarefa de continuar pressionando a direção majoritária para que cumpra as deliberações do congresso, que sequer foram

divulgadas ainda para o conjunto da categoria.

No entanto, a aprovação fragmentada de pontos do PL 68/2017, impõe derrotas ao conjunto dos trabalhadores (não só da Educação Infantil), principalmente no que diz respeito à mudança na reivindicação de “JEIF para todos que por ela optarem” para “JEIF como jornada do cargo”, pois escamoteia uma tendência de precarização do trabalho e de redução dos salários de uma parcela, em especial daqueles que acumulam cargos.

Neste sentido, se faz necessário impulsionar a luta desde as escolas para varrer do sindicato essa burocracia conciliadora e impor a independência de classe e a democracia operária no seu interior, única forma de organizar a luta efetiva contra as ofensivas da burguesia e seus aliados.

Paralisação Nacional e Assembleia de 10 de Novembro

A participação da categoria na paralisação nacional contra a aplicação da reforma trabalhista e contra a aprovação da reforma da previdência no dia 10/11 foi um acerto, que demonstrou mais uma vez a disposição de luta dos trabalhadores em Educação.

Houve grande adesão dos trabalhadores, sendo várias as escolas fechadas neste dia para enfrentar as ofensivas do governo golpista de Temer bem como de Dória, que buscam impor a qualquer custo as reformas nas previdências municipal e geral.

A adesão massiva se deu principalmente em função das discussões em torno do SAMPAPREV terem sido recolocadas em meio a ameaças à categoria, via Diário Oficial, de parcelamento dos salários caso os trabalhadores não aceitassem a “reforma sustentável”, que pretende dentre outros aspectos aumentar a contribuição dos trabalhadores, impor um teto salarial compatível ao do INSS e criar uma previdência complementar.

Contudo, é necessário dar um passo a frente. Não podemos ficar aguardando a possibilidade de se colocar em votação o SAMPAPREV na Câmara para erguer a luta contra esse projeto. É preciso convocar nova assembleia, para que os trabalhadores decidam como pôr fim a esses ataques e organizem uma luta efetiva em torno desse objetivo.